

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : DAMIÃO JANUÁRIO DA COSTA
AGRAVANTE : MARIA DAS NEVES FELIPE MELO
AGRAVANTE : JOSÉ BATISTA COSTA
AGRAVANTE : JOSE MARTINS RAPOSO
AGRAVANTE : MANOEL RODRIGUES FILHO
AGRAVANTE : ALUIZIO SERAFIM DA SILVA
AGRAVANTE : WILLIAM VIEIRA CARNEIRO
AGRAVANTE : MARIA DAS NEVES LIMA
AGRAVANTE : IRENE BENEDITO DA SILVA BARBOSA
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA FERREIRA
AGRAVANTE : PEDRO QUEIROZ FAGUNDES
AGRAVANTE : VALMIR REINALDO SABINO ASSIS
AGRAVANTE : FRANCISCO DA SILVA HOLANDA
ADVOGADOS : EWALDO SOARES NETO - RN007632
JUAN DIEGO DE LEON - RN000780A
AGRAVADO : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO
EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : JOSEMAR LAURIANO PEREIRA - RJ132101
VICTOR HUGO MEDEIROS DE MORAIS -
RN012683
DAVID CUNHA SILVA - RN012669
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCO JOÃO DE OLIVEIRA NETO E
OUTRO(S) - RN004113

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC/73. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DE SOBRESTAMENTO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e não acarreta prejuízo às partes, por isso, se trata de provimento irrecorrível. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

